

30 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Servidores do TJ, MP e TC terão aumento de 8,17%

**AL começa analisar propostas
que preveem reposição acima
dos 3,45% aprovados para o
funcionalismo estadual**

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba – Uma semana depois de ter aprovado um índice de 3,45% para o funcionalismo estadual, a ser pago somente em outubro deste ano, a Assembleia Legislativa (AL) começa a analisar hoje propostas de reposição salarial de 8,17% para os servidores do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública. As mensagens já estão na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, provavelmente, devem ser votadas em plenário a partir da próxima semana.

Diferente dos demais poderes, funcionários do Legislativo não terão o reajuste integral da inflação. Pressionada durante a votação sobre o índice para os servidores do Executivo, a Casa decidiu manter os 3,45% também para os funcionários da AL. “O Legislativo dá o exemplo, é o mesmo índice que servidores estaduais estão

recebendo. Seria um contrassenso que a Assembleia propusesse um reajuste diferente depois de ter intermediado um acordo com o funcionalismo estadual nesses percentuais”, destacou Ademir Traiano (PSDB), presidente da Casa.

O texto que deve ser aprovado estabelece o pagamento de 3,45% (referentes à inflação de maio a dezembro de 2014) em uma única parcela em outubro deste ano. A inflação de 2015 será zerada em janeiro de 2016. Já as perdas inflacionárias de 2016 serão pagas em janeiro de 2017 – quando os servidores ainda ganharão um adicional de 1%. Também está prevista a reposição do IPCA de janeiro a abril de 2017 a ser paga em 1.º de maio daquele ano – quando a data-base do funcionalismo voltará a ser em maio e não mais em janeiro.

Para a oposição, da mesma forma que ocorreu em relação ao servidores do Executivo, a proposta beira o incompreensível. “A única coi-

sa que talvez queira se fazer com isso, é ser uma extensão do Poder Executivo que é muito ruim, ou fazer média com o Executivo. Vamos defender os 8,17% porque achamos que é o mais justo e correto”, ressaltou o deputado Tadeu Veneri (PT).

CONTINUA

30 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

LUIZ ABI

As denúncias de que o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB) e investigado nas operações Publicano e Valdemort, teria pago despesas de hospedagem do secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, num dos principais hotéis de Curitiba no final de ano, repercutiu na Assembleia Legislativa ontem. Conforme informações da investigação, a empresa Alumpar Alumínios, de propriedade da família Abi Antoun, teria pago pelo menos seis diárias no hotel. O secretário nega qualquer tipo de irregularidade. "Isso é extremamente grave. Qual é a relação do Luiz Abi com o secretário Mauro Ricardo? Ninguém paga a conta de alguém sem conhecê-lo. Provavelmente, o Ministério Público vai tomar providências sobre isso", cobrou Veneri. Já o líder do governo, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), saiu em defesa de Costa e apresentou alguns comprovantes do pagamento que teria sido feito pelo próprio secretário. "(Os extratos) comprovam claramente que quem pagou a despesa da hospedagem durante a posse do secretário, foi o Mauro Ricardo Costa, não há nenhum pagamento feito por Luiz Abi."

30 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

MP processa Beto, Francischini e oficiais

Segundo os promotores responsáveis pelas investigações de 29 de abril, governador pecou por omissão

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O Ministério Público (MP) do Paraná anunciou ontem, em entrevista coletiva, que ajuizará uma ação civil pública por atos de improbidade administrativa contra o governador Beto Richa (PSDB), o ex-secretário de Segurança Pública Fernando Francischini (SD), atualmente deputado federal, e o ex-comandante da Polícia Militar (PM) César Vinícius Kogut. O objetivo é responsabilizá-los pela violenta repressão aos manifestantes que, no dia 29 de abril, protestavam contra a aprovação da reforma na Paranaprevidência, em frente à Assembleia Legislativa (AL), em Curitiba. Mais de 200 pessoas, a maioria professores, ficaram feridas.

Também são requeridos no processo o ex-subcomandante da PM Nerino Mariano de Brito, o coronel Arildo Luís Dias e o tenente-coronel Hudson Leôncio Teixeira, do Batalhão de Operações Especiais (Bope). Os dois últimos são citados porque foram destacados para coordenar a operação no Centro Cívico. Como o relatório inicial possui mais de cinco mil

páginas, a petição seria digitalizada durante a noite e distribuída hoje a uma das varas de fazenda pública, responsável por fazer o desmembramento. Ainda não se sabe qual juiz dará andamento às apurações. Assim que receber a peça, ele ou ela deve dar oportunidade para os envolvidos apresentarem suas defesas.

A Procuradoria sustenta que os réus contrariaram os princípios da livre manifestação e de reunião. "Demonstramos que houve abuso de autoridade e uma série de outras violações a direitos fundamentais", disse o procurador de justiça Eliezer Gomes da Silva. Entre as punições previstas, em caso de condenação, estão multa civil, indenização, proibição de contratar com o poder público, perda do cargo e até suspensão dos direitos políticos. No caso de Beto e Francischini, que têm foro privilegiado, o MP terá de recorrer à Procuradoria-Geral da República (PGR), órgão com competência para atuar na esfera criminal. Pelo princípio da unidade de processo, contudo, os coronéis da PM também poderão ser investigados pela PGR.

Para Silva, o ex-secretário foi protagonista da gestão de todos os aspectos. Já o chefe do Executivo é acusado de, "no mínimo, uma omissão dolosa". "A operação exigiu deslocamento de quantidade enorme de pessoas e desembolso financeiro em uma época em que o Estado passa por dificuldades. Uma ação deste porte, que contou com helicópteros, para garantir a votação de um projeto de interesse do governador, envolveu decisões que escalões inferiores jamais tomariam sem contar com o apoio dele", explicou. O procurador relatou ainda que, após os acontecimentos, os agentes foram recebidos no Palácio Iguazu e parabenizados pelo chefe de gabinete do tucano, Deonilson Rodo.

CONTINUA

30 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

INVESTIGAÇÕES

Nos últimos dois meses, a Procuradoria colheu 581 depoimentos, na capital e em outros 33 municípios do interior, e analisou 4.114 arquivos com fotos e vídeos, relacionados aos episódios. Silva lembrou que a PM utilizou mais de duas mil balas de borracha e mais de mil granadas de efeito moral, em duas horas ininterruptas. "Há uma convicção bastante firme de que não foi um ato isolado de um ou de outro policial. As ações tinham respaldo e partiram de um conjunto de deliberações, com algumas técnicas bastante questionáveis". Ele reiterou que, desde a abertura das investigações, espera um retorno do chefe do Executivo e do ex-secretário de Segurança. "Até hoje (ontem), 61 dias do primeiro ofício e alguns dias depois da reiteração desse ofício, o Ministério Público não recebeu uma linha, um parágrafo, do governador do Estado".

CONTINUA

Governo diz que 'lamenta' comportamento do MP

Curitiba - A Procuradoria Geral do Estado (PGE), responsável pela representação jurídica do governador Beto Richa (PSDB), se manifestou sobre as investigações relacionadas à chamada "Batalha do Centro Cívico" por meio de nota. O órgão disse lamentar "o comportamento da comissão nomeada pelo Ministério Público (MP) para investigar os fatos", uma vez que ela não teria permitido ao Estado acessar os autos. O MP garante já ter fornecido 14 volumes de documentos a advogados de Beto e do ex-secretário de Segurança Fernando Francischini (SD).

"Em 29 de maio, a PGE apresentou requerimento no procedimento preparatório de inquérito civil visando ter acesso à investigação, o qual sequer chegou a ser analisado. A Procuradoria estranha o fato de o Ministério Público ter optado, primeiramente, em expor o caso à imprensa, sendo que, até o presente momento, não lhe foi possibilitado o acesso às conclusões. Tão logo a PGE tome conhecimento do teor da investigação, agirá em defesa dos interesses do Estado", diz o documento.

Também em nota, a PM informou que, institucionalmente, respeita as conclusões as quais chegou o MP, mas que o inquérito policial militar instaurado, em face dos mesmos fatos, ainda não foi concluído. "Após a conclusão por parte do encarregado, os fatos serão analisados com

absoluta maturidade e responsabilidade institucional. Antes disso, já que cabe ao comandante-geral da PM a incumbência de solucionar o procedimento, seria precoce e irresponsável qualquer outra forma de manifestação pontual a respeito dos fatos em apuração".

DIVISOR DE ÁGUAS

Para o presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão, por sua vez, o trabalho dos promotores e procuradores "lava a alma do povo paranaense". "O MP cumpriu o seu papel. Agora vem a etapa mais importante, que são os desdobramentos. É um caso que não se acaba, mas que representa um divisor de águas na história democrática do Paraná. Vamos acompanhar e esperamos que todos os envolvidos sejam responsabilizados". A FOLHA procurou Francischini, por meio de sua assessoria de imprensa, mas o parlamentar não retornou até o fechamento desta edição. (MFR)

30 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Mais dois são presos na operação Publicano

Advogado de Rolândia e auditor de Jacarezinho foram detidos por suspeita de integrar organização criminosa que cobrava propina de empresários

Loriane Comeli

Reportagem Local

Mais dois suspeitos de participação na organização criminosa que agia na Receita Estadual de Londrina cobrando propina de empresários para amenizar a fiscalização no recolhimento de tributos estaduais, conforme revelou a operação Publicano deflagrada em março pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), foram presos ontem.

O juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, decretou a prisão do advogado e contador de Rolândia, Jorge Dias Paiva, e do auditor Ataliba José de Souza Filho, lotado na 6ª Delegacia da Receita, em Jacarezinho (Norte Pioneiro).

O promotor Jorge Barreto da Costa, coordenador do Gaeco, disse que o auditor atuava, supostamente, na cobrança de propina e o contador e advogado seria um intermediário.

Até agora, as investigações acerca das fraudes na Receita envolveram 62 auditores, contadores e empresários na primeira fase – eles já foram acusados formalmente e a 3ª Vara Criminal já recebeu a denúncia.

Na segunda fase da Publicano, que implicou 53 audi-

tores (incluindo 15 da primeira fase) de Londrina, de cidades do Norte do Paraná e de Curitiba e mais de 50 empresários, contadores e intermediários. Os investigados foram alvo de denúncia protocolada ontem pelos promotores do Gaeco. Costa não adiantou detalhes, afirmando que o texto seria concluído somente à noite. Disse que seriam mais de cem réus – 112 foram indiciados – e que todos os fatos apurados serão narrados. “Durante as investigações surgiram novas circunstâncias que estão sendo incluídas na denúncia”, disse o promotor, no final da tarde.

Como parte integrante da denúncia, o Ministério Público deve anexar os acordos de delação premiada. A mais completa delas é a do auditor Luiz Antonio de Souza, que relatou detalhes do funcionamento da organização criminosa. Souza está preso desde janeiro ao ser flagrado em um motel com uma adolescente de 15 anos.

Mais de 50 pessoas foram presas cautelarmente nas duas fases da operação, mas, apenas dois auditores seguem detidos em razão das investigações: Ana Paula Pelizari Marques de Lima, mulher de um dos líderes da organização, Márcio de Albuquerque Lima, acusada de ocultar do-

cumentos; e Roberto Oyama, que mesmo estando afastado da Receita há 12 anos por suposta improbidade administrativa, teria exigido propina de empresário.

Os demais investigados foram soltos por habeas corpus concedido pelo ministro da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Sebastião Reis Júnior.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

30 JUN 2015

Manifesto pró Moro

Os procuradores que atuam na força-tarefa da Operação Lava Jato divulgaram um manifesto em apoio ao juiz federal Sérgio Moro, depois que a advogada da empreiteira Odebrecht veio a público questionar os trabalhos desenvolvidos desde o ano passado, e chegou a cogitar a possibilidade de denunciar o magistrado por "violação aos direitos humanos". Dora Cavalcanti levantou o tema numa entrevista publicada no jornal "O Globo" do último final de semana. "A entrevistada parece desconhecer que o sistema judicial brasileiro prevê vários recursos e diversas instâncias recursais, tendo os investigados inúmeras possibilidades de obter a revisão das decisões tomadas pelo juízo federal, não sendo razoável, muito menos respeitoso ao sistema republicano, que sejam lançadas, por meio de notas ou entrevistas como aquelas recentes, acusações vagas, desrespeitosas e infundadas à atuação do juiz federal Sérgio Moro", diz trecho da manifestação.

'Irresponsabilidade e desespero'

Os procuradores ainda criticaram que a abordagem feita pela advogada na entrevista é superficial e deixa de considerar farta prova material dos crimes praticados por seus clientes, no caso, os diretores da Odebrecht. "Afirmativa de que pretende recorrer a uma Corte Internacional para a garantia do direito de seus clientes sugere, fortemente, que os dez delegados, os nove procuradores, o juiz federal, a Corte de primeira instância, os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e os ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal estão mancomunados para violar direitos humanos dos seus clientes, o que é de uma total irresponsabilidade, senão desespero. Essa abordagem conspiratória, já refletida em entrevista anterior, negligencia a independência, maturidade e imparcialidade de nossas cortes, refletindo estratégia que procura reverter, no campo midiático, as inegáveis evidências em desfavor da cúpula da empresa", reforçaram os procuradores.

MAZZA

Punido

O Ministério Público estadual decidiu processar o governo estadual, em especial Beto Richa e o então secretário Fernando Francischini, pelos episódios de abril no Centro Cívico, por improbidade administrativa. Raramente há um ato de defesa da sociedade com essa precisão fulminante. É evidente que esse tipo de processo se torna insuficiente para cobrar a recomposição jurídica da ordem violada nas mais de 200 vítimas da boçalidade fascista. Ações individuais dos massacrados darão continuidade aos procedimentos.

30 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Servidores da Justiça Federal protestam por reajuste salarial

Celso Felizardo

Reportagem Local

Londrina – Servidores da Justiça Federal fizeram manifestações ontem em várias cidades do Estado para reivindicar a aprovação no Senado do PLC 28, projeto que revisa o Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário Federal. Em greve há um mês, cerca de 100 manifestantes protestaram com faixas em uma passeata pelo Calçadão Central de Londrina, no início da tarde. De acordo com o Sindicato dos Servidores da Justiça Federal e Eleitoral do Paraná (Sinjuspar), estão sem reajuste salarial desde 2006.

O projeto chegou a entrar na pauta dos senadores no último dia 10, mas acabou retirado por conta de pressão feita pelo Governo Federal. O servidor da Justiça Federal em Londrina, Nelson Parron, informou que a expectativa é que o projeto seja apreciado hoje pelo Senado.

Como forma de pressão, servidores de todo o País estão organizando caravanas para Brasília. Segundo Parron, cerca de 50 servidores de Londrina partiram domingo para a capital federal. “Estamos sem Plano de Cargos, Carreiras e Salários há quase dez anos. Sem a lei ser aprovada, não podemos ter aumento salarial. Reivindicamos apenas a correção inflacionária do período”, destacou. Parron informou que, apesar da greve, os casos urgentes estão sendo atendidos.

“Para não prejudicar a população, estamos atendendo os casos mais graves, mas vários mandados judiciais deixaram de ser expedidos e a maioria das audiências está sendo suspensão ou adiada. A falta de funcionários provoca essa demora”, comentou.

Dados do Sinjuspar dão conta de que os funcionários deixaram de receber 61% de reposição salarial desde 2006. Parron lembrou que o PLC já passou pela Câmara e que também existe uma prerrogativa do Supremo Tribunal Federal (STF) favorável à reivindicação. Na semana passada, o governo propôs reajuste de 21% de forma parcelada a partir de 2016 até 2019. A proposta foi rechaçada pelos sindicatos que representam a categoria.

30 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Promotores e procuradores abriram

34 mil investigações criminais

Marco Antonio Carvalho
Agência Estado

São Paulo - As promotorias estaduais e procuradorias federais de todo o País instauraram 34.676 investigações criminais durante o ano de 2014. O número faz referência à quantidade de Procedimentos Investigatórios Criminais (PIC) que foram contabilizados pela primeira vez pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A produção maciça na área criminal dos Ministérios Públicos Estaduais e do Ministério Público Federal ocorreu no ano seguinte à derrota no Congresso da polêmica PEC 37 - proposta que excluía os promotores de realizarem investigações criminais.

Em maio desse ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou o poder de investigação das promotorias e procuradorias. O trabalho investigativo dos MPs resultou na apresentação de 3.587 denúncias formais à justiça no ano passado, o que representa cerca de 10% do total de procedimentos abertos. Outros 16.363 procedimentos acabaram arquivados.

O relatório do Conselho Nacional do Ministério Público, denominado "MP - Um retrato", mostrou ainda que a atividade de apuração criminal dos promotores estaduais e procuradores federais se concentrou nas unidades da região Sudeste, onde 22.411 PICs foram instaurados, ou 65% do total.

Apesar de ter sido a primeira contabilização para esse tipo de dado, e por isso não haver parâmetro de comparação, o CNMP considerou positivo o volume de PICs iniciados. "Quase 35 mil PICs é um número bastante relevante. São investigações que dizem respeito a assuntos bem sensíveis, como corrupção", disse o promotor de justiça Michel Romano, membro auxiliar da presidência do Conselho.

Para casos suspeitos de corrupção foram instaurados 128 procedimentos na região Sudeste. Nessa região também foram abertas 69 investigações sobre lavagem de dinheiro, 100 de crimes contra a lei das licitações e 617 relativos a delitos contra a ordem tributária.

"Melhoramos muito desde a primeira edição e estamos nos aperfeiçoando. É nosso objetivo tornar as instituições cada vez mais transparentes", comentou Romano.

O relatório traz ainda a quantidade de inquéritos

*'Nosso objetivo tornar
as instituições
cada vez mais
transparentes'*

civis instaurados pelos promotores das unidades estaduais. Foram 256.423 inquéritos que tiveram início em 2014, ano em que 33.553 pe-

tições iniciais foram apresentadas à Justiça. Em outros 7.149 casos, a investigação do MP resultou em recomendações aos envolvidos e em outros 10.596 em Termos de Ajustamento de Conduta (TAC).

Romano exaltou o papel do Ministério Público em atuar tanto no campo civil como no criminal. "Se não pudessemos atuar na esfera criminal, íamos investigar uma fraude em licitação, por exemplo, mas não poderíamos apurar os desdobramentos da corrupção e eventual desvio de dinheiro no âmbito criminal", disse.

Em maio, o STF havia confirmado a possibilidade de promotores e procuradores conduzirem investigações criminais ao julgar um recurso de Minas Gerais, no qual um ex-prefeito alegava que o Tribunal de Justiça local havia recebido denúncia fundamentada em investigação do Ministério Público, sem participação da polícia. A análise do caso pela mais alta Corte do País começou em 2012, mas foi suspensa por um pedido de vista, tendo sido concluída no dia 14 de maio de 2015.

30 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA
MILITÃO



Na posse de Fachin

A desembargadora Rosana Fachin e Paulo Nolasco, diretor jurídico da Sociedade Rural do Paraná, compareceram à posse de Edson Fachin, no Supremo Tribunal Federal. Estão com o novo ministro na foto, em Brasília

30 JUN 2015

BEMPARANÁ



Atestado

O presidente do TJ, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, concedeu ontem um atestado público de idoneidade ao prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet. “É um homem digno e trabalhador. Seu nome é sempre enobrecido por onde passa e pela comunidade. Isso nos dá a segurança de uma administração honesta e íntegra”, afirmou o desembargador durante assinatura de convênio com a Prefeitura para agilizar o atendimento à população nos Fóruns Descentralizados. As palavras do presidente do TJ apenas reforçam a percepção - que vem ganhando força nas ruas de Curitiba e do Paraná - de que Fruet segue na contramão dos políticos tradicionais.

Não se iluda: reduzir idade penal aumenta a violência

O Congresso Nacional está prestes a conseguir a façanha de burlar uma cláusula pétrea da Constituição Federal com a redução da idade penal. Os parlamentares que defendem tal medida argumentam que os atos infracionais cometidos por adolescentes aumentam cotidianamente e que a redução pura e simples resolverá a violência. Assim, querem criminalizar os jovens, especialmente aqueles que são vítimas das desigualdades raciais, educacionais, sociais e regionais.

Reflitamos então sobre a "pátria educadora". Ela pressupõe uma sociedade preocupada com sua sustentabilidade social, uma terra de direitos sem distinção de cor, classe, gênero. Os adultos dessa sociedade deveriam compreender que a educação é o bem maior a se ofertar, que sua força está para além de políticas armamentistas, coercitivas, extensões territoriais e riquezas naturais, pois sem ela, desfrutar de tais riquezas é loucura e auto-exterminio.

Políticas públicas têm de ser elaboradas apoiando-se em dados produzidos por pesquisas de órgãos especializados. No entanto, o que presenciamos no Parlamento brasileiro são projetos e leis baseadas em convicções pessoais, que tornam-se preconceituosas na medida em que não são corroboradas com dados da realidade.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dados da PNAD 2013 indicam que, mesmo que a adolescência seja a fase da vida a ser dedicada à escola, mais de 1 milhão dos 10,6 milhões de adolescentes brasileiros entre 15 a 17 anos não estudam nem trabalham, 584 mil só trabalham e 1,8 milhão trabalham e estudam. E muitas vezes, aqueles que trabalham não o fazem na condição de aprendizes, conforme previsto na Constituição Federal? se o adolescente tem entre 14 e 16, só pode trabalhar nessa condição. É o caso dos que estão em situação de trabalho doméstico, por exemplo, visto que sequer há fiscalização.

Outro dado importante é que entre os que não estudam e não trabalham 64,87% são negros, 58% são mulheres e 83,5% vivem em famílias com renda per capita inferior a um salário mínimo. Há muita semelhança entre esse grupo e o grupo daqueles que só trabalham, que também são negros, maioria de mulheres, com baixa renda. E para completar, os que conciliam trabalho e estudo são 59,8% negros, 63,03% pobres e 60,75% do sexo masculino.

Com base nesses dados, poderíamos imaginar que nossos parlamentares estivessem pensando em oferecer condições para que esses adolescentes que estão em distorção idade-série, ou os que estão fora da escola, ou os que só trabalham, ou aqueles que nem estudam, nem trabalham, pudessem voltar e permanecer na escola, e receber educação de qualidade, além do acesso a todas as políticas necessárias ao bem viver.

Não obstante fazem o contrário: negam acesso e inclusão aos adolescentes reforçando comportamentos racistas historicamente construídos no país, que favorecem a exploração da população negra, usurpando sua infância submetendo-a ao trabalho infantil.

Argumentos tais como: mais direitos e menos punição, ou vamos deixar o Estatuto da Criança e do Adolescente acontecer e de fato ser praticado, visto que ele estabelece as devidas punições aos adolescentes que cometem atos infracionais e, acima de tudo, prevê os direitos aos quais eles deveriam ter acesso, parecem não fazer eco, visto que estão expostos à exaustão por parte da sociedade que não admite retirada de direitos, por isso, vamos utilizar de outros argumentos.

O sistema carcerário brasileiro está superlotado e não reabilita. Um adolescente que colocar os pés em um desses lugares desumanos terá sua humanidade sugada. Sem contar que para sobreviver entre os já sugados, certamente se submeterá a um dos grupos de poder, que em geral é do tráfico de drogas. E quando sair, talvez seja realmente um problema de segurança.

É isso, a redução da idade penal significa, além de tragédia que afetará parte da juventude já criminalizada, em médio prazo, aumento da criminalidade e da tão propalada violência.

30 JUN 2015

» AÇÃO JUDICIAL GAZETA DO POVO

MP acusa Richa de improbidade pela “batalha” do Centro Cívico

Também foram denunciados o ex-secretário Francischini e PMs responsáveis pela operação

Diego Ribeiro e Amanda Audi

O governador Beto Richa, o ex-secretário da Segurança Fernando Francischini, os coronéis da PM César Kogut, Arildo Luís Dias, Nerino Mariano de Brito e o tenente-coronel Hudson Teixeira foram acusados formalmente de improbidade administrativa pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR), nesta segunda-feira (29), em razão da “batalha” do Centro Cívico, no dia 29 de abril. O anúncio sobre a ação foi feito pelo MP exatamente no dia em que o episódio que deixou 213 feridos completou dois meses.

O MP começou a ajuizar ações civis públicas em que acusa as autoridades de violar dois direitos fundamentais: de reunião e de livre manifestação, além de colocar em risco o patrimônio público e deixar feridos durante a operação.

Como o procedimento investigatório tem mais de cinco mil páginas, o ajuiza-

mento, que é digital, deve terminar nesta terça-feira (30). Conforme determina a lei para casos de improbidade, os acusados deverão apresentar uma defesa prévia. Depois, o juiz decide se acolhe ou não a denúncia do Ministério Público.

O MP também enviará cópia da denúncia à Procuradoria-Geral da República (PGR), que avaliará possibilidade de responsabilizar criminalmente os envolvidos. Esse procedimento é necessário já que Richa e Francischini têm foro privilegiado. Para os demais citados, caberá à procuradoria desmembrar o processo para determinar qual órgão tem competência para analisar cada caso. Eles podem ser acusados de abuso de autoridade e do chamado crime de perigo comum — aquele que coloca em risco a coletividade.

“Richa é o grande comandante da segurança pública, uma atribuição constitucional. Houve uma omissão dolosa [intencional] do governador”, disse o procurador Eliezer Gomes da Silva. Kogut é ex-comandante-geral da PM. Ele deixou o cargo no início de maio, após o então secretário de Segurança Pública Francischini afirmar que a culpa pelos excessos na operação ter

sido da PM. Já Francischini pediu demissão pouco depois. Os comandantes operacionais foram Nerino Mariano de Brito e Arildo Luís Dias.

O procurador Eliezer disse ainda que as finanças do estado podem sofrer danos com eventuais ações indenizatórias de vítimas.

O MP afirmou ainda que o Palácio Iguazu serviu de centro de detenção e observação para a operação. Segundo Eliezer, várias pessoas detidas durante o dia 29 de abril permaneceram em uma sala do Palácio. Além disso, as janelas serviram de ponto de observação para alguns agentes. De acordo com o procurador, esses são alguns dos fatores que caracterizaria a omissão do governador. O MP ainda informou que vários policiais que trabalharam na operação foram recebidos com festejos e elogios por integrantes do alto escalão do governo estadual naquele dia.

O MP também diz que não conseguiu encontrar indícios da presença de black blocks durante os protestos, como alegou o governo para justificar a ação violenta.

Para embasar a ação, o MP ouviu 580 pessoas em 33 cidades e recebeu 530 gigabytes de imagens do episódio.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

RESPONSABILIDADES GAZETA DO POVO

O papel de cada agente público na operação no Centro Cívico:

Beto Richa

Segundo o MP, a lei que trata da improbidade coloca a responsabilidade em agentes públicos considerados omissos. Esse seria o caso do governador. Além disso, de acordo com o MP, ninguém do governo "ousaria" realizar uma ação de tal porte sem o respaldo político e administrativo dele.



Henry Milleo / Gazeta do Povo

Fernando Francischini

O ex-secretário da Segurança foi o articulador político e operacional da ação policiais. Segundo o MP, todo o suporte financeiro e administrativo para a operação foi assegurada por Francischini. Além disso, ele esteve à frente das principais decisões operacionais, se envolvendo na orientação do policiamento e dando diversas ordens, segundo a investigação do MP.



Henry Milleo / Gazeta do Povo

Coronel César Kogut

MP explicou que em alguns



Carlos Bozelli/Jornal de Londrina

momentos do planejamento da ação, o ex-comandante-geral da PM esteve em viagem. Mas quando retornou, tomou conhecimento de todo aparato policial da operação e não o mudou. Teve papel fundamental trocando o comandante da operação tenente-coronel Chehade Elias Cheha por outro, o tenente-coronel Hudson. Segundo o MP, Chehade estava mais preparado e levava as negociações de forma satisfatória.

Coronel Nerino Mariano

Ex-subcomandante-geral da PM, foi o intermediário de Francischini e o responsável pela gestão operacional da operação.

Coronel Arildo Luis Dias e tenente-coronel Hudson Teixeira

Foram considerados pelo Ministério Público os executores da operação.

Governo reclama de não ter tido acesso à investigação

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE), responsável pela defesa dos agentes públicos do governo, informou que o Ministério Público do Paraná (MP) negou acesso à investigação sobre o dia 29 de abril. De acordo com a nota enviada à reportagem, a PGE apresentou requerimento para ter acesso. "A Procuradoria estranha o fato de o MP ter optado, primeiramente, em expor o caso à imprensa, sendo que, até o presente momento, não lhe foi possibilitado o acesso às conclusões", informa o texto.

Segundo a nota, assim que a PGE tomar conhecimento do teor da investigação, agirá em defesa dos interesses do estado.

Durante a entrevista coletiva, no entanto, o MP afirmou que concedeu acesso aos advogados do governador Beto Richa e do ex-secretário Fernando Francischini a 14 volumes da investigação. O MP informou que era o que havia sido produzido até aquela data. Além disso, o MP disse que pediu à Secretaria da Segurança Pública e ao governo estadual, por ofi-

cio, várias informações sobre a operação, mas que até agora não recebeu resposta.

Já a Polícia Militar do Paraná (PM) informou, também por meio de nota, que respeita as conclusões da investigação do MP. Mas diz que o inquérito policial militar instaurado para investigar a operação de 29 de abril ainda não foi concluído. Como o comandante-geral atual terá a responsabilidade de dar uma solução ao que for apurado, a PM prefere não se manifestar a respeito.

A reportagem pediu para a assessoria da PM entrevistas com todos os policiais citados, mas não houve resposta sobre essa solicitação. A reportagem tentou localizá-los sem sucesso. O ex-secretário da Segurança também foi procurado, mas não foi encontrado pela reportagem.

30 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Governador sabia que secretário da Fazenda e Luiz Abi se conheciam

Richa afirma ainda que não tinha informação de que seu parente distante pagou diárias de um hotel para Mauro Ricardo Costa

Kelli Kadanus

Apesar de alegar que Luiz Abi Antoun é apenas um “parente distante”, o governador Beto Richa (PSDB) disse nesta segunda-feira (29) que sabia que seu primo e o atual secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, se conheciam. “Eu sa-

bia que eles tinham algum contato, se conheciam, mas não sei em que nível se dava esse conhecimento”, afirmou Richa.

No entanto, o governador negou que tivesse qualquer informação de que Abi realizou pagamentos de diárias para Costa em um hotel de Curitiba. “Eu não sei a razão pela qual ele fez a reserva”, disse o governador. Richa evitou se aprofundar no assunto. “O secretário já deu as explicações e eu não tenho nada a acrescentar a isso.”

O empresário Luiz Abi é acusado pelo Ministério Público Estadual (MP) de ser o operador político do esquema de corrupção na Receita Estadual, órgão vinculado à Secretaria da Fazenda, embo-

ra nunca tenha tido um cargo no governo do Paraná.

Em reportagem publicada nesta segunda-feira (29), a **Gazeta do Povo** mostrou que Abi pagou despesas de hospedagem de Costa em um dos principais hotéis de Curitiba. O pagamento de pelo menos seis diárias, entre 31 de dezembro de 2014 e 5 de janeiro desse ano, no valor de R\$ 1.751,40, foi feito pela empresa Alumpar Alumínios, de propriedade da família Abi.

O secretário da Fazenda confirmou que o pagamento foi feito por terceiros, mas disse que isso ocorreu sem seu conhecimento. De acordo com Costa, quando soube do pagamento, pagou a quantia de seu próprio bolso.

CONTINUA

30 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Secretário diz ter pago diária, mas reconhece que Abi fez a reserva

Euclides Lucas Garcia

O secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, voltou a afirmar que pagou do próprio bolso as diárias dele, da esposa e dos filhos no Hotel Bourbon, em Curitiba, entre os dias 31 de dezembro e 5 de janeiro. A reserva foi feita em nome da empresa Alumpar Alumínios, do empresário Luiz Abi Antoun, e previa que o secretário deveria pagar apenas as despesas extras do hotel, mas não a hospedagem.

Segundo Costa, porém, ao saber na recepção do Bourbon que não precisaria pagar as diárias, entrou imediatamente em contato com Abi para que solicitasse ao hotel a emissão de um boleto para que ele próprio quitasse as di-

árias. À reportagem, Costa encaminhou um boleto gerado no dia 15 de janeiro e com data de vencimento do dia 20, no valor de R\$ 2.335,20. Ele também enviou o comprovante de pagamento, com débito em sua conta no Banco do Brasil, e um documento assinado pelo Bourbon informando que ele próprio quitou a hospedagem.

Nesse período de 15 dias entre a saída do hotel e o pagamento da hospedagem, o secretário disse que conversou apenas com Abi e que não entrou em contato com o estabelecimento para saber se alguém havia quitado a hospedagem dele e da família.

“Não tem qualquer pagamento por parte do Luiz Abi da minha estadia nesse período. O que infelizmente eu fiz

foi aceitar o oferecimento dele em fazer a reserva [para mim]”, afirmou. “Mas não sabia que ele ia fazer em nome de empresa, achei que ia fazer a reserva em meu nome. Não tenho nada a ver com essa empresa.” Em comentário no espaço para leitores no site da **Gazeta do Povo**, a esposa do secretário, Marcia Costa, declarou que Abi foi uma das pessoas que eles conheceram em Curitiba, como tantas outras, e que gentilmente deram dicas sobre a cidade. “Aceitamos a gentileza da reserva, mas não de pagamento de nossas despesas. O nosso pagamento foi feito para o hotel, ninguém pagou nada para gente.”

Sobre a diária de R\$ 291,90 entre 7 e 8 de dezembro, Costa reconheceu que foi paga pela Alumpar, sem o seu conhecimento, e disse que já solicitou a emissão de um boleto ao Bourbon para que possa quitá-la pessoalmente.

Procurado, o hotel informou que “não interfere quanto à forma e à fonte de pagamento referente às diárias de cada hóspede”.

30 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Líder do governo defende Mauro Ricardo e oposição questiona proximidade com Abi

Na Assembleia Legislativa do Paraná, o líder do governo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), saiu em defesa do secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa. Segundo ele, uma simples reserva de hotel não pode jogar na lama a trajetória de um auditor fiscal federal probo e competente. O peemedebista reiterou que Costa pagou a conta do Hotel Bourbon do próprio bolso e afirmou que o caso não passa de um factóide. "Vamos tratar de temas reais, não imaginários. O Gaeco já está investigando a fundo [a corrupção na Receita Estadual] e não restará pedra sobre pedra", argumentou.

Por outro lado, o líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), declarou que o assunto é extremamente grave, pois expõe a proximidade entre Costa e o empresário Luiz Abi Antoun,

acusado de ser o operador político do esquema de corrupção na Receita. "Ninguém paga a conta de alguém sem conhecer a pessoa. Nem pede a sugestão de um lugar para passar o réveillon", afirmou.

"O governador sempre frisa que o Abi é um primo distante, mas foi justamente ele a primeira pessoa com que o futuro secretário da Fazenda teve contato."

Líder do PMDB, Nereu Moura, cobrou dos colegas a instalação de uma CPI que investigue as denúncias de corrupção na Receita Estadual. Até agora, das 18 assinaturas necessárias para tirar a comissão do papel, a oposição conseguiu apenas nove. "A Assembleia não está cumprindo a sua parte, de fiscalizar, de investigar o Executivo. Infelizmente, estamos indo sempre a reboque da imprensa", disse. Vice-líder do grupo oposicionista, Requião Filho (PMDB) foi irônico ao afirmar que há dúvidas se Costa "foi escolhido pelo primo Antoun ou pelo governador". (ELG)

30 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Operação Publicano prende mais 2

Fábio Silveira, do Jornal de Londrina

Um auditor fiscal da 6.^a Delegacia da Receita Estadual, de Jacarezinho, e um contador e advogado de Rolândia foram presos nesta segunda-feira (29), pela segunda fase da Operação Publicano. As prisões preventivas foram decretadas pela 3.^a Vara Criminal de Londrina.

O auditor é Ataliba José de Souza Filho e o contador e advogado, José Dias Paiva. Ambos seriam transferidos ainda nesta segunda, a pedido do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que comanda as investigações.

De acordo com o coordenador do Gaeco de Londrina, Jorge Costa, os dois nomes surgiram em depoimentos de empresários. Com os dois detidos, subiu para 63 o número de prisões decretadas na segunda fase da Publicano — quase todas já suspensas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O advogado Walter Bittar, que defende Paiva, disse considerar “absurda” a prisão, já que ele tinha se apresentado na quinta-feira passada para indiciamento no inquérito policial. “Pelo que percebemos, a data da prisão é anterior à ida dele [Paiva] ao Gaeco.” O advogado de Souza Filho não foi localizado.

Entenda o caso

A Operação Publicano teve a primeira fase deflagrada em março e a segunda, em junho. A operação investiga a denúncia de que auditores fiscais, contadores e empresários teriam formado uma “organização criminosa” para facilitar a sonegação fiscal mediante o pagamento de propina. Para o Gaeco, o empresário Luiz Abi Antoun, parente do governador Beto Richa (PSDB), seria o operador político do suposto esquema.

Na primeira fase foram denunciados 15 auditores. Na segunda, foram 63 mandados de prisão, 53 de auditores fiscais, principalmente da Delegacia da Receita Estadual de Londrina. Todos os inspetores gerais de fiscalização do primeiro mandato de Richa foram denunciados.

30 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Empresa sob suspeita tem 12 contratos em vigor com o governo do Paraná

A Valor Construtora é alvo de auditoria da Seed e também é investigada pela Polícia Civil, MP e TC por supostamente fraudar ordens de pagamento de obras públicas

Catarina Scortecci

Alvo de uma auditoria dentro da Secretaria de Educação do Paraná (Seed), a empresa Valor Construtora e Serviços Ambientais, de Curitiba, tem atualmente pelo menos 12 contratos com o governo estadual. Em todos eles, houve aprovação de aditivos contratuais. Em quatro casos, os aditivos já permitiram que a empresa extrapolasse a própria data de vigência do contrato. Uma das obras é a revitalização do Parque do Monge, na Lapa, que teve o prazo de entrega esticado. Também foram adiadas as inaugurações das quadras cobertas para os colégios estaduais Doracy Cesarino, em Curitiba, e Campo Distrital de Joá, em Joaquim Távora, e as obras de ampliação e de reparos em outro colégio estadual da capital, o Amâncio Moro.

O levantamento foi feito pela reportagem com base nos dados disponibilizados

pelo governo estadual na internet. Conforme revelado na semana passada, a Valor Construtora e Serviços Ambientais é suspeita de fraudar ordens de pagamento com a participação de fiscais ligados à Seed e também com a ajuda de Maurício Jandoi Fanini Antonio, ex-diretor de Engenharia, Projetos e Orçamentos da pasta. Ele foi exonerado do governo no início de junho, em meio às investigações sobre o suposto esquema.

Na última quinta-feira (25), a secretária da Educação, Ana Seres, convocou a imprensa para divulgar a abertura de uma auditoria interna em maio para apurar irregularidades em sete contratos de obras de escolas estaduais assinados entre a Valor Construtora e a pasta. Sem revelar detalhes, a secretária informou na ocasião que o suposto esquema destinava valores maiores à empresa por serviços que ainda nem tinham sido prestados.

O caso também é alvo do Ministério Público do Estado, que em abril iniciou um inquérito civil, e também da Sétima Inspeção do Tribunal de Contas do Estado, que desde janeiro se debruça sobre a lista de obras da Seed — que teria ainda outras construtoras sob suspeita.

Entre as sete obras tratadas na auditoria, há discrepâncias milionárias entre o

que foi executado pela empresa e o que já foi efetivamente pago. De acordo com a Sétima Inspeção do TC, duas novas escolas que mal “saíram do papel” em Campina Grande do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, já renderam cerca de R\$ 9 milhões à empresa. O custo total das sete obras hoje, somando aditivos, é de aproximadamente R\$ 30 milhões, entre recursos do governo estadual e do governo federal.

Parque da Lapa

Além de obras para escolas, a Valor Construtora ganhou em 2013 a concorrência para fazer melhorias no Parque Estadual do Monge, na Lapa, Região Metropolitana de Curitiba, por R\$ 1,3 milhão. O contrato foi firmado com a autarquia Paraná Edificações, ligada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, sob o comando de José “Pepe” Richa, e teria vigência entre janeiro e dezembro de 2014. Mas um primeiro aditivo foi autorizado em maio de 2014, prorrogando o fim do contrato para abril deste ano. Um segundo aditivo, assinado em março último, permitiu levar o encerramento do contrato para outubro. Agora, no começo deste mês, um terceiro aditivo adiou o fim do contrato para dezembro. Os aditivos são assinados pelo diretor-geral da Paraná Edificações, Luiz Fernando de Souza Jamur.

CONTINUA

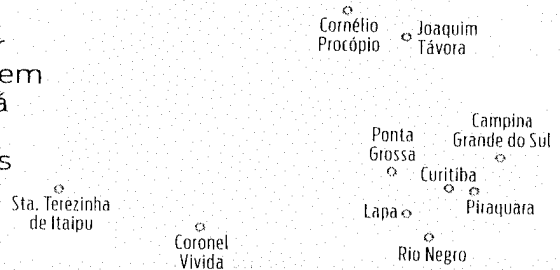
30 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 OBRAS

Veja quais obras são de responsabilidade da empresa Valor Construtora e Serviços Ambientais em contratos com o governo do Paraná através da Secretaria de Estado da Educação ou da Paraná Edificações (autarquia ligada à Secretaria de Infraestrutura e Logística):



CONTRATOS QUE SÃO ALVOS DA AUDITORIA DA SEED

	Cidade	Valor inicial	Vigência
AMPLIAÇÃO			
Colégio Estadual Professor Lysimaco Ferreira da Costa	Rio Negro	R\$3.999.648,44	17/12/13 a 17/12/15
CONSTRUÇÃO			
Colégio Estadual Jardim Paulista	Campina Grande do Sul	R\$4.227.869,70	08/04/14 a 04/12/16
Colégio Estadual Willian Madi	Cornélio Procopio	R\$3.980.991,01	08/04/14 a 08/02/16
Colégio Estadual Tancredo Neves	Coronel Vivida	R\$3.326.095,56	29/04/14 a 29/02/16
Colégio Estadual Arcângelo Nandi	Santa Terezinha de Itaipu	R\$3.296.756,71	07/04/14 a 07/02/16
Colégio Estadual Ribeirão Grande	Campina Grande do Sul	R\$2.994.227,78	08/04/14 a 08/02/16
REPAROS E MELHORIAS			
Colégio Estadual Amâncio Moro	Curitiba	R\$2.336.177,34	16/04/13 a 16/08/14*
OUTROS CONTRATOS			
AMPLIAÇÃO			
Penitenciária Feminina do Paraná	Piraquara	R\$7.439.322,31	28/04/14 a 28/10/15
Colégio Estadual Professora Linda Salamuni Bacila	Ponta Grossa	R\$1.416.450,47	19/01/15 a 15/11/15
CONSTRUÇÃO			
Quadra esportiva coberta no Colégio Estadual do Campo Distrital de Joá	Joaquim Távora	R\$311.692,52	28/05/14 a 28/03/15*
Quadra esportiva coberta no Colégio Estadual Doracy Cezarino	Curitiba	R\$306.682,66	28/05/14 a 28/03/15*
REVITALIZAÇÃO			
Parque estadual do Monge	Lapa	R\$1.383.742,38	10/01/14 a 10/12/14*

*prorrogado por aditivo

Fonte: Portal da Transparência do governo do Paraná. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

30 JUN 2015

Ex-diretora Seed estava no Fundepar quando caso veio à tona

Desde sábado (27), o caso do ex-diretor da Seed Maurício Jandoi Fanini Antonio está nas mãos do advogado Alexandre Knopfholz, do escritório René Dotti. Na segunda-feira (29), o advogado informou à reportagem que estava tomando conhecimento dos fatos e que estaria à disposição para falar na sequência.

Fanini Antonio, 49 anos, tem currículo extenso na administração pública. Em 2001, foi diretor do Departamento de Infraestrutura de Tráfego na Secretaria de Obras Públicas de Curitiba, pasta então comandada pelo vice-prefeito Beto Richa (PSDB).

No início do primeiro mandato de Richa como governador, em 2011, Fanini Antonio ganhou um cargo de diretor na Seed. Em junho de 2012, foi designado para a diretoria de Engenharia, Projetos e Orçamentos da Seed, permanecendo até o fim daquele mandato de Beto Richa.

Em janeiro de 2015, segundo mandato de Richa, Fanini Antonio foi designado para comandar o Fundepar, que é o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional. A exoneração dele ocorreu no último dia 3. Ele permanece, contudo, com a cadeira de suplente no Conselho de Administração da

Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), onde também já ocupou a vaga de titular, entre 2011 e 2014.

Nem a Procuradoria-Geral do Estado nem a Seed quiseram divulgar o nome das seis pessoas afastadas por suspeita de participar na fraude de pagamento da Valor, mas fontes confirmam que Fanini Antonio é uma delas. A auditoria não tem prazo para terminar e outras obras podem ser incluídas na apuração. (CS)

30 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Apreensão de jovens cai 11% no Paraná

Para especialistas, queda reflete diminuição de atos graves e aplicação mais efetiva das medidas em meio aberto

Raphael Marchiori

Na contramão do clamor popular para que adolescentes infratores sejam encarcerados a partir dos 16 anos, o Paraná teve uma redução de 11% no total de jovens apreendidos entre 2013 e 2014. Isso ainda não significa menor delinquência juvenil. Mas fontes do setor veem os dados como um sinal de redução dos crimes mais graves e de melhor aplicação das medidas em meio aberto. Uma lei de 2012 reforçou o que já preconizava o ECA, obrigando municípios a terem planos na área.

Dados da Secretaria de Estado da Justiça (Seju) mostram que 903 adolescentes foram privados da liberdade no ano passado no estado. Ao todo, 75% deles permaneceram assim até um ano. Em 2013, 1.018 haviam sido acolhidos.

A queda ainda não significa maior obediência à lei. Em Curitiba, houve alta de 21% na quantidade de novos processos abertos na Vara da Infância e Juventude. No país, o total de jovens encarcerados cresceu cinco vezes entre 1996 e 2012.

Entretanto, para Pedro Ribeiro Giamberardino, diretor socioeducativo da Seju, é possível ver redução dos crimes letais cometidos por adoles-

centes. No Paraná houve queda de 17% no total de acolhidos por homicídio entre 2013 e 2014. “Mas ainda precisamos de mais tempo para avaliação”, ponderou.

A promotora Danielle Cristine Cavali Tuoto, da Vara da Infância e Juventude de Curitiba, concorda com Giamberardino. Mas cita outra questão. “Pode até ter diminuído o ato com grave ameaça à pessoa. Mas a queda nas internações pode também ter ocorrido por dificuldades em se conseguir vaga nos Censos”, argumentou.

O Paraná tem 1,2 mil vagas para aplicação de medidas em meio fechado. Giamberardino reconhece que existe uma fila de espera e prioridades para internação (crime contra vida, contra a liberdade sexual, violento contra o patrimônio e tráfico de drogas). “A espera não ultrapassa 15 dias. Comparando os padrões nacionais, estamos muito bem”, diz. O governo promete entregar 400 novas vagas, 78 delas em unidade de São José dos Pinhais que deverá ser entregue no fim deste ano — e que foi licitada ainda em 2010.

Relatório deste mês do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) mostrou que há superlotação nas unidades de internação de 17 estados brasileiros. São 3.751 adolescentes a mais do que o sistema comporta. O Paraná não está incluso.

Municípios

Há quem veja nos dados dos Censos do Paraná um reflexo da aplicação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. O Sinase virou lei em 2012, obrigando todas as esferas do executivo a terem planos na área. Em Curitiba, isso virou realidade neste ano após pressão do Ministério Público. O município criou equipes interdisciplinares e seis das nove regionais já têm atendimento integrado para a área.

Dados da Vara da Infância e Juventude mostram que a reincidência infracional para o meio aberto na capital foi de 14% em fevereiro de 2015 — no anterior era de 21% a 25%. A reincidência entre os adultos no país é bem maior: 47%, segundo o Pnud, o programa da ONU para o desenvolvimento.

Colaborou Diego Ribeiro

CONTINUA

30 JUN 2015

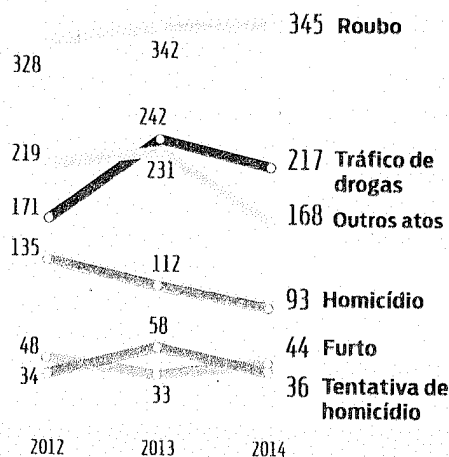
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

REDUÇÃO?

Dados da Secretaria da Justiça mostram que menos adolescentes foram apreendidos em 2014, quando comparados com os números dos anos anteriores. O tempo de permanência máximo também foi menos aplicado.

MOTIVO

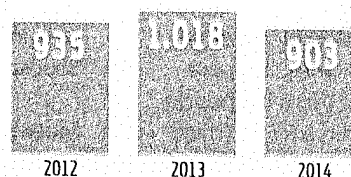


TEMPO DE APREENSÃO

em %	Até 30 dias	Até seis meses	Até um ano	Mais de um ano
2012	41	33	10	16
2013	54	31	5	10
2014	17	45	30	8

Fonte: Seju. Infografia: Gazeta do Povo.

APREENSÕES POR ANO



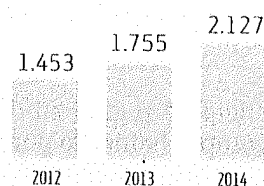
Perfil dos 903 apreendidos em 2014

- 84% têm entre 16 e 18 anos
- 42% respondem a um único processo
- 52% moram em famílias com quatro a seis pessoas
- 49,4% têm renda familiar de 1 a 2 salários mínimos

Perfil dos 714 que cumpriam medida em meio aberto em fevereiro de 2015

- 93% têm entre 15 e 18 anos
- 67% têm ensino fundamental incompleto
- 48% não estudavam quando infringiram a lei
- 84% não trabalhavam ou trabalhavam informalmente
- 71% declararam utilizar substâncias psicoativas
- 0,42% cometeram homicídio
- 35% cometeram furto ou roubo

NOVOS PROCESSOS na Vara da Infância e Juventude de Curitiba



CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

30 JUN 2015

PEC da maioria penal deve ser votada hoje

A Proposta de Emenda à Constituição 171/93 deverá ter sua primeira votação na Câmara dos Deputados nesta terça-feira (30). Para ser aprovado, o texto precisa receber 308 votos favoráveis dos 513 deputados em duas votações antes de ir para o Senado. O projeto pode ser promulgado pelas duas casas e não depende da sanção da presidente Dilma Rousseff. Inicialmente, a PEC previa a redução da maioria para todos os adolescentes com mais de 16 anos. Discutido em uma comissão especial, ela acabou restrita aos que cometerem crimes hediondos, lesão corporal grave e roubo qualificado – e o cumprimento da punição seria em espaço separado dos adultos.

O sociólogo Claudio Beato é a favor de uma mudança na legislação, mas vê a PEC 171 como 'muito cara'. "Teríamos de construir novas unidades e não damos conta nem das que já existem. Além disso, 40% dos acolhidos respondem por roubo. Teremos um crescimento grande da população carcerária."

Para o especialista, que integrou a campanha do PSDB na última eleição, a melhor proposta é a do senador Aloysio Nunes (PSDB). "Ela não quebraria, mas relativizaria a maioria penal. Permitiria a redução em casos excepcionais pedidos pela promotoria e aceitos pela Justiça, após a análise de uma comissão de especialistas."

Seja qual for a proposta, Beato vê razão no clamor popular em torno da questão. "OECA não é cumprido na íntegra. Ele prevê articulação, mas o governo federal nunca deu estrutura para as cidades. Não existe processo de qualificação dos conselheiros tutelares. E até juizes não entendem direito como funciona o estatuto. Isso gera certa impunidade." **(RM)**

30 JUN 2015

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Reajuste salarial

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Paraná analisa, nesta terça-feira (30), os projetos que reajustam em 8,17% o salário dos servidores do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública. Já a proposta do Legislativo oferece apenas 3,45%, a exemplo do que foi aprovado para o governo do estado. A oposição promete apresentar emenda ao texto para garantir a reposição inflacionária para os servidores da Casa.

30 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Justiça determina atendimento integral em UTIs do HC

A Justiça Federal determinou o retorno do atendimento integral dos setores de terapia intensiva do Hospital de Clínicas (HC) de Curitiba, ligado à UFPR. A decisão de caráter liminar foi expedida na sexta-feira (26) e dá um prazo de cinco dias para a reto-

mada dos serviços, contados a partir da notificação. Os servidores técnico-administrativos do HC entraram em greve no dia 29 de maio e o atendimento nos leitos de UTIs estariam restritos a 30% da capacidade. O Sintest, sindicato da categoria, não foi encontrado para comentar a decisão. Já a UFPR, que também foi responsabilizada pela Justiça Federal, disse não ter sido notificada ainda.

Condenada a meio aberto, jovem é a favor de redução da maioria penal

Autodeclarada 'impulsiva', Geovana*, 15 anos, recebeu neste ano da Justiça uma medida socioeducativa em meio aberto. "Fiquei colocando umas pastas lá", descreve a jovem ao falar do trabalho realizado na prefeitura de Piraquara uma vez por semana, por dois meses. A causa da punição foi uma briga na escola. "A menina prestou queixa na polícia. Mas nem hematoma eu deixei", pondera. Durante a medida, Geovana encontrou novas ocupações. Entrou para o projeto do município 'Agente da Cidadania', que fre-

menta por dez horas semanais, para pensar projetos socioeducacionais. O último deles um jornal sobre a redução da maioria penal, tema ao qual se diz favorável. "Se o adolescente pode votar, também pode assumir seus erros". A mãe concorda com a filha. "Os adolescentes matam e cometem roubos e saem rindo", disse Odete*, 47. Questionada se a punição da filha já não era uma responsabilização, ela ponderou. "Mas para coisas mais graves, ainda é muito brando. O ideal não seria a cadeia, que é escola do crime, mas se não conseguem atacar as causas. Vamos fazer o quê?", indaga. (RM)

*Nomes fictícios.

"ECA já prevê responsabilização", diz diretor de Cense

O diretor do Cense Fazenda Rio Grande, Luciano Farias, que acompanha de perto a rotina dos adolescentes em conflito com a lei, frisa que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já prevê a responsabilização de jovens infratores. "A sociedade reclama de impunidade. Mas ficar trancado num alojamento não é fácil para ninguém", diz. O estatuto prevê até três anos em regime fechado, que pode ser adicionado de mais três em semiliberdade. A reportagem visitou o Cense de Fazenda Rio Grande, que

tem capacidade para 30 jovens, atualmente. Segundo o diretor do Cense, após internado o jovem acolhido tem sua primeira avaliação em 60 dias. Nela, é definido se ele poderá acessar as áreas externas acompanhado de socioeducadores durante 45 dias. Depois desse período, havendo progresso, o adolescente é autorizado a frequentar atividades externas. Ao fim dos primeiros cinco meses, no mínimo, é que a possibilidade da liberdade é avaliada. E isso ainda dependerá de aval judicial. Dados da Seju indicam que, atualmente, pelo menos 15 adolescentes estão acolhidos há mais de 540 dias nos Censes do estado. (RM)

30 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Dois adolescentes são condenados por morte de médico no Rio

Dois dos três adolescentes apreendidos na investigação da morte do médico Jaime Gold foram condenados na segunda-feira (29) pela juíza Michelle de Gouvêa Pestana Sampaio, da Vara da Infância e Juventude do Rio. Ela considerou que o primei-

ro adolescente apreendido, de 16 anos e morador de Mangueiros, e o terceiro, do vizinho Jacarezinho, de 17, tiveram participação no crime. Eles serão internados e terão a medida reavaliada a cada seis meses. O segundo adolescente envolvido no crime, de 15, foi absolvido. O Ministério Público anunciou que não recorrerá da sentença. A defesa dos culpados tem até dez dias para entrar com recurso.

Apreendido por tentativa de homicídio, menino volta a estudar

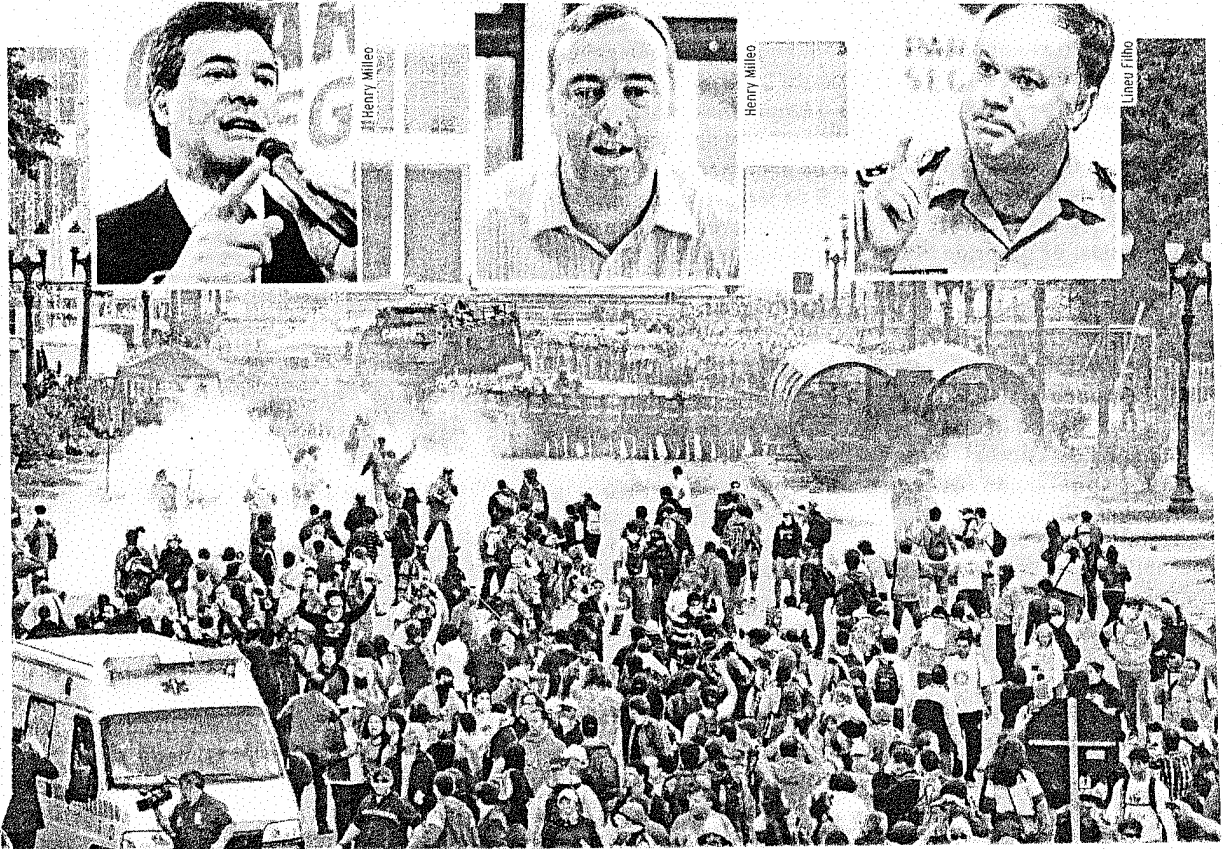
Ulisses*, 17 anos, chegou ao Cense Fazenda Rio Grande no último dia 14 de junho, após ser sentenciado por tentativa de homicídio. Nesta terça-feira (30), o jovem começará o curso de conserto de eletrodomésticos, um dos quatro cursos do Grupo Horizontes nas 18 unidades do estado. Ele não estuda desde 2011, quando deixou o 6º ano do fundamental. "Eu havia saído da casa da minha mãe, no Água Verde, e fui morar com meu pai, em Colombo. Lá consegui trabalho mais rápido do que a transfe-

rência da escola e abandonei", diz. Longe dos bancos escolares, ele diz ter se envolvido com drogas. "Queria comprar mais droga e fui roubar um taxista. Ele tinha uma faca, lutamos, e acabei acertando a mão dele."

Apesar de ver a medida como uma oportunidade, Ulisses considera que o juiz 'pesou a mão'. "Era para ser lesão corporal e virou tentativa de homicídio. Mas estamos aqui pra melhorar", diz o jovem que já havia sido sentenciado a uma liberdade assistida em outra oportunidade. "Não melhorei da outra vez porque não cumpri o programa", admite. **(RM)**

*Nome fictício.

PROCESSADOS!



Ministério Público responsabiliza governador, ex-secretário e ex-comandante da PM por ação que deixou mais de 200 feridos.

MP aciona Beto Richa, Francischini e coronéis por "massacre" de 29 de abril

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) vai processar o governador Beto Richa, o ex-secretário da Segurança, Fernando Francischini, e oficiais da Polícia Militar pela repressão violenta a professores, servidores públicos e outros manifestantes, em frente à Assembleia Legislativa, no dia 29 de abril. O MP-PR ajuizará, até amanhã, uma ação civil pública por atos de improbidade administrativa.

Além do governador e do secretário, será denunciado o ex-comandante da Polícia Militar, César Vinícius Kogut. Também são requeridos na ação o ex-subcomandante da PM Nerino Mariano de Brito, o coronel Arildo Luís Dias e o tenente-coronel Hudson Leôncio Teixeira.

O MP-PR anunciou que irá recorrer à Procuradoria-Geral da República (PGR) pra responsabilização criminal dos envolvidos, já que Richa e Francischini têm foro privilegiado. Pros demais citados, caberá à procuradoria desmembrar o processo pra determinar qual órgão tem competência pra analisar cada caso.

A ação é resultado das investigações do MP-PR. Na ocasião, mais de 200 pessoas ficaram feridas, na maioria professores. O grupo protestava contra o projeto de lei do governo que modificou a previdência dos servidores públicos do estado.

O Ministério Público destaca que os requeridos violaram os princípios da administração pública, já que, dentre as hipóteses previstas na Lei 8.429/92, configura ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão que viole os deveres de legalidade e lealdade às instituições.

CONTINUA

30 JUN 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Regras foram ignoradas

Segundo o MP-PR, os requeridos descumpriram regras e diretrizes nacionais e internacionais de aplicação da força policial em relação a manifestações públicas, usando bombas químicas, gás lacrimogênio, animais, lançador de granada, helicóptero e

balas de borracha, entre outros equipamentos militares, o que aumentou o impacto da ação.

Pra arcar com o custo do uso desses materiais, bem como pra pagar as diárias aos policiais militares trazidos do interior, foram necessários cerca de R\$ 1 milhão, conforme informações fornecidas pelo Ministério Público de Contas.

Fora os custos diretos da operação, o Ministé-

rio Público do Paraná estima os prejuízos ao patrimônio público em cerca de R\$ 5 milhões, uma

vez que muitas vítimas ainda estão acionando o estado na Justiça, pedindo indenização por danos materiais e morais. Na ação, por exemplo, há pelo menos 150 laudos que comprovam as lesões corporais sofridas por manifestantes. (Da Redação)

2.516 policiais foram mobilizados pra operação. 855 vieram do interior do estado

R\$ 5 milhões pode ser o custo total da repressão aos cofres públicos, já que muitas vítimas estão processando o estado

Investigação dura 2 meses

As investigações do MP-PR duraram dois meses. Foram colhidas 581 declarações em Curitiba e 33 municípios do interior, onde foram tomados depoimentos de vítimas, testemunhas e militares. Além disso, foram analisados 4.114 fotos e vídeos.

Também foi anexada à ação uma enorme quantidade de documentos, desde laudos médico-legais até documentos fornecidos pela PM.

O material foi anali-

sado pelos procuradores de Justiça Eliezer Gomes da Silva e Marcos Bitencourt Fowler e os promotores de Justiça Paulo Sérgio Markowicz de Lima e Maurício Cirino dos Santos.

Todos os materiais e elementos obtidos serão encaminhados à Procuradoria-Geral da República (PGR). Esse é o órgão com competência

pra atuar na esfera criminal nesse tipo de situação, já que tanto o governador como o ex-secretário

Francischini, que reassumiu seu mandato na Câmara Federal, possuem foro privilegiado.

Pelo princípio da unidade de processo, os coronéis da PM também poderão ser investigados pela PGR. (Da Redação)

2.320 balas de borracha foram disparadas pelos policiais, uma média de 20 por minuto

CONTINUA

30 JUN 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Omissão do governo

Segundo o MP-PR, o governador Beto Richa foi acionado por omissão, principalmente por não ter impedido os excessos, bem como pelo apoio administrativo e respaldo político do governo à ação policial. Francischini foi denunciado por ter sido "protagonista da gestão política e operacional de todos os aspectos da ação".

O MP-PR aponta o então subcomandante-feral da PM, Nerino Mariano de Brito, como o principal responsável pela gestão operacional da ação policial. César Vinicius Kogut, então comandante-geral da PM, por ter conferido apoio institucional à gestão operacional da ação policial.

Arildo Luís Dias, comandante da operação, foi acionado pelo MP-PR por ser o executor da ação policial em seu desfecho final, "tendo parcial autonomia em relação a seus desdobramentos". Também pela execução da ação policial, foi acionado o comandante do Bope, Hudson Leôncio Teixeira.

Os procuradores e promotores de Justiça designados para realizar as investigações descartam a possibilidade de que alguns dos requeridos não tivessem conhecimento dos detalhes da operação, até porque a estrutura montada implicou alto custo ao estado. (Da Redação)

foi quanto durou o ataque com bombas e balas de borracha aos manifestantes

Crítica

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) divulgou nota onde critica o MP-PR, "que não permitiu ao Estado ter acesso aos autos da investigação". Segundo a PGE, em 29 de maio foi apresentado requerimento visando ter acesso à investigação, mas ele não teria sido sequer analisado. "A Procuradoria estranha o fato de o Ministério Público ter optado, primeiramente, em expor o caso à imprensa, sendo que, até o presente momento, não lhe foi possibilitado o acesso às conclusões".

Admo

A investigação da PM para apurar abusos cometidos por policiais foi prorrogada por mais 20 dias. A nova data para entregar o relatório sobre o caso é 3 de julho. De acordo com a PM, o inquérito foi aberto em 4 de maio, quatro dias depois dos fatos. Portanto, o prazo legal expirou em 14 de junho, 40 dias após a abertura. Neste dia foi prorrogado por mais 20 dias.

Lobista que aproximou firma do PT vira delator

Milton Pascowitch contratou por R\$ 1,4 mi a consultoria de José Dirceu

Como parte do acerto, executivo deixou a PF em Curitiba para cumprir prisão domiciliar em SP

FLÁVIO FERREIRA
GRACILIANO ROCHA
DE SÃO PAULO

O lobista Milton Pascowitch, que aproximou a empreiteira Engevix do PT e da Petrobras, é o mais novo delator da Operação Lava Jato.

O acordo foi homologado nesta segunda (29). Como parte do acerto para a colaboração com a Justiça, o juiz Sergio Moro autorizou a transferência de Pascowitch da carceragem da Polícia Federal, em Curitiba, para a prisão domiciliar, em São Paulo. Ele vai usar uma tornozeleira eletrônica.

O conteúdo das revelações prometidas por Pascowitch, que foi preso em maio, ainda não é conhecido.

As investigações feitas até agora mostraram que a Jamp, empresa de consultoria de Pascowitch, pagou R\$ 1,4 milhão para a JD Consultoria, do ex-ministro José Dirceu. Os pagamentos ocorreram entre 2011 e 2012, quando o petista era réu no mensalão.

O lobista também ajudou a comprar a casa que sediava

até este ano a JD, que fica na avenida República do Líbano, região nobre de São Paulo. Pascowitch pagou R\$ 400 mil como sinal pelo imóvel, adquirida pelo valor declarado de R\$ 1,6 milhão.

Em 2012, outra empresa do lobista comprou uma casa de uma das filhas de Dirceu, no bairro paulistano da Saúde.

A Jamp recebeu R\$ 104 milhões entre 2004 e 2013 — dos quais R\$ 83 milhões vieram de empreiteiras envolvidas no petrolão. A empresa não tinha funcionários, o que reforçou as suspeitas da Procuradoria de que se tratava de uma empresa de fachada.

O ex-vice-presidente da Engevix, Gerson Almada, admitiu que os pagamentos a Pascowitch serviram para que ele ajudasse na aproximação com a Petrobras.

Essa aproximação, pelo relato de Almada, incluiu uma reunião entre o empreiteiro, Pascowitch e o tesoureiro do PT João Vaccari Neto na qual não foi pedida propina. Meses mais tarde, conforme a investigação, Pascowitch passou a procurar Almada para negociar doações oficiais ao PT.

A assessoria de José Dirceu não respondeu até o fechamento desta edição.

Em ocasiões anteriores, o ex-ministro afirmou que os pagamentos recebidos da Jamp foram legais.

FOLHA DE S. PAULO

Juiz prende quem ousa contestá-lo, diz defesa

30 JUN 2015

Advogados pedem liberdade a executivo

A defesa do ex-diretor da Odebrecht Alexandrino de Alencar entrou com um pedido de liberdade em que ataca o juiz federal Sergio Moro.

Na peça, os advogados dizem que Moro mudou a prisão de Alexandrino de temporária a preventiva depois que o executivo e o grupo "adotaram postura abominada pelas autoridades que conduzem a Lava Jato: defender sua inocência, não colaborar com a acusação e, no caso da empresa, contestar publicamente a legalidade dos atos judiciais".

A prisão temporária dura cinco dias; a preventiva tem prazo indefinido.

Apontado como o elo entre a Odebrecht e políticos, Alexandrino foi preso no último dia 19 por cinco dias, mas teve sua prisão estendida por mais 24 horas e depois por prazo indefinido.

Alexandrino, que fez sete viagens internacionais com Lula, foi citado por Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, e pelo doleiro Alberto Youssef como o responsável pelo suborno no grupo.

Para os advogados, a prisão não cumpre nenhum dos requisitos da preventiva: ameaçar testemunhas, destruir provas ou risco de fuga.

A defesa, coordenada pela advogada Dora Cavalcanti, diz que prisão é um instrumento para forçar um acordo de delação premiada, visão contestada pelo juiz e procuradores.

Os advogados dizem que o juiz adotou uma lógica despótica ao criticar o anúncio em que a empresa se defende.

O pedido de liberdade foi apresentado nesta segunda-feira (29) ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que julga os recursos da Justiça Federal do Paraná.

30 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Caso de corrupção é 'descomunal', diz procurador-geral em debate

Janot citou escândalo para defender sua permanência no cargo

Depois de classificar o esquema de corrupção na Petrobras de "descomunal", o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, cobrou maior independência de investigação da Procuradoria em relação à Polícia Federal.

As declarações foram feitas no primeiro debate da Associação Nacional dos Procuradores da República com os quatro candidatos ao comando da Procuradoria. A votação dos três que serão levados à Presidência, responsável pela escolha, será em agosto.

No evento, Janot recorreu ao escândalo para defender sua permanência no cargo. Disse que precisava "terminar o que começou".

"Quando nos deparamos com este enorme, descomunal caso de corrupção, a instituição não era a mesma há dois anos [...] Não foi e não está sendo fácil. Preciso aprimorar o que foi feito e corrigir equívocos da caminhada."

O subprocurador-geral Carlos Frederico Santos atacou a gestão de Janot chamando de precipitado o envio ao Supremo do pedido para investigar políticos. Janot afirmou que, sem isso, os atos poderiam ser considerados nulos.

CUNHA

A procuradoria pediu ao STF acesso ao inquérito contra Eduardo Cunha (PMDB-RJ) sobre sonegação no período em que ele presidia a Cehab (companhia de habitação do Rio) em 1999 e 2000.

O presidente da Câmara disse estranhar a solicitação após 11 anos: "Parece mais uma etapa de perseguição".

Cunha e Janot estão em guerra desde que o procurador incluiu o deputado na lista de políticos investigados.

29 JUN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Conflito entre juizado federal e juízo estadual

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidirá se cabe aos tribunais regionais federais (TRFs) ou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) processar e julgar conflitos entre juizado especial federal e juízo estadual no exercício da competência federal delegada. O tema, com repercussão geral reconhecida por unanimidade no Plenário Virtual da Corte, será debatido no Recurso Extraordinário (RE) 860508, de relatoria do ministro Marco Aurélio.

O Supremo irá deliberar ainda se o pressuposto fático para a incidência do artigo 109, parágrafo 3º, da Constituição Federal (CF), é a inexistência do juízo federal no município ou na comarca onde reside o segurado ou beneficiário do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O dispositivo prevê que serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.

CONFLITO

A discussão se iniciou quando uma moradora de Itatinga (SP) entrou com uma ação junto ao Foro Distrital do município postulando a concessão

do benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez ou auxílio doença.

O juízo do Foro de Itatinga declarou-se incompetente para a apreciação e julgamento da demanda devido à existência de Juizado Especial Federal Cível em Botucatu, sede da comarca a que pertence a cidade de Itatinga. Remetidos os autos ao Juizado Especial Federal de Botucatu, este também se declarou incompetente e suscitou o conflito de competência.

O TRF da 3ª Região reconheceu a competência do Foro de Itatinga para julgar processo em que figure como réu o INSS. No RE 860508 interposto ao STF, o Ministério Público Federal (MPF) afirma que essa decisão violou o parágrafo 3º do artigo 109, da CF, pois existe Juizado Especial Federal em Botucatu.

Aponta ainda que houve ofensa à alínea "d" do inciso I do artigo 105, da CF, que prevê a competência do STJ para processar e julgar conflitos entre quaisquer tribunais, excetuando os conflitos entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre tribunais superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal.

Na avaliação do ministro Marco Aurélio, o tema é passível de vir a ser debatido em inúmeros processos, por isso se configura a repercussão geral, tese aceita por unanimidade pelos demais minis-

29 JUN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ - Acusado de liderar quadrilha de fraudadores do INSS continua em prisão preventiva

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso em habeas corpus impetrado em favor de um homem investigado por suposta participação em grupo acusado de fraudar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As fraudes teriam ocorrido na agência da Previdência Social de Canhotinho e na gerência executiva do instituto em Garanhuns, ambas em Pernambuco. Com a decisão, o acusado continuará preso preventivamente.

De acordo com as investigações, o réu tinha contatos com servidores públicos participantes do grupo e intermediava a inclusão indevida de pessoas na lista de beneficiários por meio da inserção de dados falsos nos sistemas do INSS.

Apontado como líder da quadrilha, ele é acusado de estelionato, inserção de dados falsos em sistema de informações, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro.

O recurso era contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5)

que manteve a prisão preventiva.

Ao pedir a revogação da prisão no STJ, a defesa alegou que o despacho do juiz teria contrariado a exigência legal de fundamentação das decisões judiciais, contida no artigo 93, inciso IX, da Constituição. Disse que o magistrado, em vez de apontar concretamente as circunstâncias que justificariam medida tão drástica, baseou sua decisão apenas nas condutas que já integram os próprios tipos penais.

No entanto, o relator, ministro Felix Fischer, entendeu que o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado. Dados concretos extraídos dos autos, segundo ele, demonstraram a necessidade da prisão como garantia da ordem pública, “a fim de interromper a atuação da organização criminosa”, pois há indícios de reiteração delitiva e da atuação do réu na liderança do grupo, além da ocultação recorrente de patrimônio obtido de forma ilícita.

29 JUN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tribunal regulamenta Exame Periódico de Saúde

O presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador Cândido Ribeiro, assinou a Portaria Presi 257, que regulamenta, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e das seções e subseções judiciárias vinculadas, o Exame Periódico de Saúde (EPS) sob a coordenação da Secretaria de Bem-Estar Social (Secbe). O objetivo é a preservação da saúde dos magistrados e servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

Entre as disposições, ficou instituído que o EPS

destina-se aos magistrados e servidores ativos, bem como aos servidores cedidos e aos nomeados sem vínculo com a Administração Pública.

A periodicidade para realização do exame será bienal para a faixa etária entre dezoito e quarenta e cinco anos, e anual para os de idade a partir de quarenta e cinco anos e para aqueles que, em seu local de trabalho, estejam expostos a riscos que possam implicar o desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional ou profissional.

A íntegra da Resolução está disponível no Portal do Tribunal, em "Avisos".

FUX DIZ QUE JUÍZES NÃO DEVEM IGNORAR A OPINIÃO PÚBLICA

O ministro do STF Luiz Fux afirmou que os juizes não devem ignorar a opinião pública na sua prerrogativa de serem contramajoritários. "Nenhum juiz tem o direito de bater no peito e dizer que não liga para a opinião pública, porque todo poder emana do povo e em seu nome é exercido", disse Fux, que defendeu que a liberdade de contrariar a opinião majoritária deve ser usada em favor da sociedade.

MPF/GO - Ministério cobra multa de quase R\$ 90 milhões aplicada ao Itaú

O cumprimento de ordens judiciais pelas instituições bancárias, nos prazos determinados, é imprescindível para uma maior efetividade ao combate à corrupção. Baseado nesse argumento, o Ministério Público Federal em Goiás (MPF/GO), pelo Núcleo de Combate à Corrução, propôs ação de execução de título judicial em desfavor do Banco Itaú Unibanco S/A.

O MPF/GO quer a execução da quantia de R\$ 89.815.000,00 devida pelo Itaú, referente às multas diárias aplicadas pela 11ª Vara da Justiça Federal em razão do banco não cumprir integralmente as ordens judiciais que lhe foram dirigidas determinando a quebra do sigilo bancário e fiscal de envolvidos no crime de lavagem de dinheiro, no âmbito da "Operação Trem Pagador".

29 JUN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SJPI - Justiça Federal condena Correios a pagar danos por extravio de mercadoria

A Justiça Federal no Piauí, em sentença proferida pelo juiz federal Daniel Santos Rocha Sobral, condenou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT a pagamento de danos morais e materiais ao senhor J. E. de A. R., por extravio de mercadoria.

A parte autora relatou ter adquirido um aparelho GPS, que apresentou defeitos. O produto, então, foi enviado via postal ao fornecedor da mercadoria por um amigo da parte autora, a seu pedido. No entanto, a correspondência não chegou ao destino, tampouco foi devolvida ao remetente.

O réu destacou ilegitimidade, já que a postagem foi feita por terceiro. Também argumentou que o comprovante de postagem se apresentou ilegível. O juiz, porém, rejeitou essas preliminares, pois entendeu que a parte autora demonstrou ser titular do produto e ter outorgado seu amigo por mandato verbal,

não formal e gratuito para envio da correspondência. Além disso, o magistrado argumenta que, embora o comprovante de postagem esteja ilegível, há outros documentos suficientes para regular o entendimento da causa.

O juiz federal entendeu que “O mencionado aparelho [...] foi extraviado, e o réu [...] não evidenciou qualquer excludente de culpabilidade, de modo que não há justificativa plausível para a ocorrência, senão a falha na prestação do serviço contratado, que causou prejuízos materiais e danos morais à parte autora”.

O autor apresentou nota fiscal em seu nome e também conversas trocadas por e-mail acerca do produto, ambos comprovam o preço do aparelho GPS extraviado. Assim, o juiz definiu o pagamento de prejuízo material em R\$ 647,70 (preço da mercadoria) mais R\$ 65,20 (preço do serviço postal), sob juros e correção monetária.

29 JUN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF4 - Casan deverá ressarcir União por cobrança ilegal de taxa de esgoto

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) deve ressarcir os cofres da União por cobrar indevidamente uma tarifa de coleta de esgoto da Superintendência Regional de Polícia Federal, em Florianópolis, por sete anos. Foi o que decidiu a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) ao manter, na última semana, sentença de primeira instância.

A União moveu a ação em 2012 pedindo a devolução do montante, corrigido

monetariamente e em dobro. Segundo a Advocacia-Geral da União, embora a companhia não efetuasse nenhum serviço do tipo no local, a taxa foi cobrada de 2002 a 2009, sendo cessada quando o erro foi detectado.

O juízo de primeiro grau deu parcial provimento ao pedido e condenou a Casan a restituir a União em valor a ser apurado em liquidação de sentença. A Casan recorreu ao tribunal sustentando que não agiu de má-fé.

TRF1 - Sobrepeso não é motivo para eliminação de candidato de concurso público promovido pela Aeronáutica

Afigura-se desproporcional eliminar candidato na inspeção de saúde referente à seleção de profissionais de nível superior voluntários à prestação de serviço militar temporário em razão de sobrepeso.

Essa foi a fundamentação adotada pela 5ª Turma do TRF da 1ª Região para confirmar sentença de primeiro grau que, nos autos de mandado de segurança, determinou o imediato retorno da impetrante ao concurso público de seleção de profissionais de nível superior ao quadro de oficiais convocados do Comando da Aeronáutica (COMAR), devendo o impetrado des-

considerar o sobrepeso.

Em suas alegações recursais, o COMAR sustenta que a comissão de seleção interna apenas cumpriu os requisitos estabelecidos no aviso de convocação, já que a requerente apresentou quadro de obesidade, “condição esta que não condiz com as atividades militares”. Ademais, a impetrante seria submetida ao treinamento físico militar (aeróbico, anaeróbico e neuromuscular), “atividades que exigem intenso esforço físico do candidato, podendo gerar consequências caso o candidato não esteja com condicionamento corporal em forma”.

29 JUN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF5 - Concedido liberdade provisória a investigados na Operação Sete Chaves

A Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5 concedeu por unanimidade, habeas corpus provisório, independentemente do pagamento de fiança, a Sebastião Lourenço, Rômulo Pinto dos Santos, Aldo Bezerra de Medeiros e Ananda dos Santos Lourenço Bezerra, presos preventivamente pelos crimes de usurpação de bens da União, exploração de minério sem licença ambiental e organização criminosa transnacional. A Turma determinou, ainda, a entrega prévia de passaportes e o cumprimento de outras condições, a serem estabelecidas e fiscalizadas pelo Juízo 14ª Vara Federal de Patos–PB.

A defesa dos impetrantes citou a ilegalidade do constrangimento sofrido pelos investigados, afirmando que a liberdade dos mesmos não representa ameaça à ordem pública ou comprometimento à instrução criminal, ressaltando, ainda, não haver risco de fuga, pois se tratam de pessoas com endereço fixo e profissão definida.

Para o relator, desembargador federal Francisco Wil- do, a soltura dos investigados,

nesse momento, em que já concluídas diversas medidas constritivas de busca e apreensão e de interceptações telefônicas, não traz prejuízo para a instrução criminal. “Com efeito, a apreensão dos passaportes dos pacientes, associada a outras medidas cautelares, cuja eleição, desde já, confio ao diligente Magistrado de primeiro grau, parece-me medida suficiente à assecuração da aplicação da lei penal”.

Turmalina Paraíba – No dia 27 de maio deste ano, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal deflagraram, com autorização da Justiça Federal, a chamada “Operação Sete Chaves”, visando desarticular organização criminosa que atuava na extração ilegal e comercialização da Turmalina Paraíba, uma das pedras mais valiosas do mundo.

Formada por diversos empresários e um político paraibano, segundo as investigações, a organização criminosa se utilizava de uma rede de empresas off shore, para suporte das operações milionárias nas negociações com pedras preciosas e lavagem de dinheiro.

29 JUN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Em Curitiba Joaquim Barbosa defende fortalecimento das Instituições

O grupo de líderes empresariais LIDE Paraná realizou na quarta-feira (24) no Castelo do Batel, em Curitiba, jantar-debate, com o tema “O poder e a ética no Brasil”, trazendo a Curitiba o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa. Além dele e do presidente da unidade Paraná, Fabrício de Macedo, compuseram a mesa diretora o presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), Antonio Espolador; o diretor do Grupo RICPR, Leonardo Petrelli; a diretora da Unidade Jornais do GRPCOM, Ana Amélia Filizola; o presidente do Grupo J. Malucelli, Joel Malucelli; o presidente da Brafer Construções Metálicas, Marino Garofani; o presidente da Renault do Brasil, Olivier Murguet, o presidente da Ouro Verde, Celso Frare; Nelson Wilians do Nelson Wilians Advogados & Associados. O evento foi bastante concorrido, contando com a participação de 300 convidados entre empresários e personalidades da sociedade paranaense. Na foto o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, ao lado do presidente do LIDE

Paraná, Fabrício de Macedo. O Crédito da foto é de Naideron Jr.

Entre os temas abordados, a questão levantada por Joaquim Barbosa configura um desafio que permeia a dinâmica da atual sociedade brasileira: “É possível ser ético em mundo em que a regra é a falta de ética?”. Esta “pergunta que todos fazem, e que assume um tom bastante urgente”, nas palavras do próprio ex-ministro do STF, foi um dos aspectos que deu o tom do jantar-debate. Barbosa também defendeu a importância de atuar com instituições fortes, e de investir na educação e na formação sociopolítica da população. Para ele, quanto mais sólidas e confiáveis as instituições, menos vulnerável um país se torna à corrupção. “A corrupção está em todos os lugares. A diferença que existe é no grau de maturidade das instituições”, disse. “E, muito importante, o grau de tolerância que cada sociedade tem para com as práticas e desvios de conduta. Tudo isso é um processo e tenho certeza de que o Brasil já evoluiu bastante. Hoje temos instituições que levam a sério suas missões.”

PARANÁ PORTAL

RUY BARROZO RUY BARROZO



29 JUN 2015

Publicado 29 de junho de 2015

Uma noite de prestígio e sucesso político

Foi um sucesso o jantar/debate com o ex-ministro e ex-presidente do STF – Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, realizado pelo LIDE – Grupo de Líderes Empresariais do Paraná, presidido por Fabrício Macedo, no Castelo do Batel.

O evento reuniu grande número de empresários, nomes de comunicação, advogados e membros do poder judiciário, tais como Leonardo Petrelli, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, presidente do Tribunal de Justiça, Aníbal Tacla, Fabiano Braga Cortes, Andréa Flávia de Matos Ferreira, Marino Garofani, entre outros.

De São Paulo, o advogado Nelson Wilians e sra., ele proprietário do escritório Nelson Wilians & Advogados Associados, veio acompanhado de uma comitiva de empresários paulistas e clientes de seu escritório, que se juntaram à convidados da filial curitibana, capitaneados com muita simpatia pela advogada Sandra Comodaro, sócia-diretora da NWADV.

O escritório Nelson Wilians & Advogados Associados foi um dos principais apoiadores do evento.

Fotos Studio F22

CONTINUA



Paulo Roberto Vasconcelos – presidente do Tribunal de Justiça, Rafael Sganzerla Durand/SP e Sandra Comodoro.



Paulo Roberto Vasconcelos – presidente do Tribunal de Justiça, Joaquim Barbosa e Fabrício Macedo.

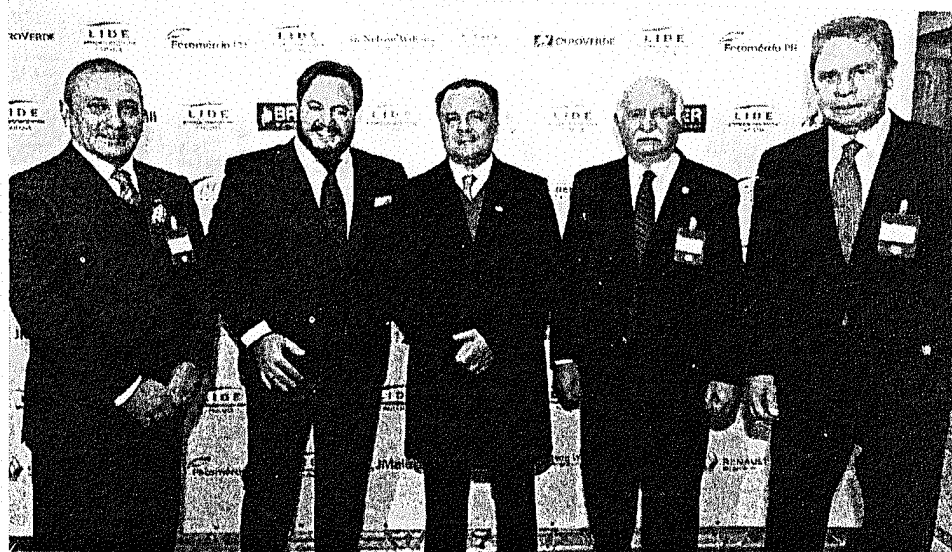


Paulo Roberto Vasconcelos – presidente do Tribunal de Justiça e RB.

29 JUN 2015

PARANÁ PORTAL

CONTINUA



Antonio Espolador Neto (presidente Associação Comercial do Paraná), Fabrício Macedo (presidente do Lide Paraná), Leonardo Petrelli (presidente do Grupo RIC PR), Paulo Roberto Vasconcelos (presidente do Tribunal de Justiça do Paraná) e Joel Malucelli (presidente fundador do Grupo Malucelli).

29 JUN 2015

PARANÁ PORTAL

RUY BARROZO



Publicado 29 de junho de 2015

"Vou acompanhar o TJ"



O presidente do Tribunal de Contas do Paraná Ivan Bonilha confidenciou ao presidente do Tribunal de Justiça – desembargador Paulo Roberto Vasconcelos (foto), durante um evento na semana passada, que seguirá o TJ e concederá 8.17% de aumento aos servidores do TC.